Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Januário de Napoli Geração de Energia S.A.

Demonstrações financeiras intermediárias em 30 de junho de 2026 e relatório de revisão

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Relatório de revisão sobre as demonstrações financeiras intermediárias

Aos Administradores e Acionistas
Januário de Napoli Geração
de Energia S.A

Introdução

Revisamos o balanço patrimonial da Januário de Napoli Geração de Energia S.A ("Companhia"), em 30 de junho de 2026, e as respectivas demonstrações do resultado e do resultado abrangente, para os períodos de três e de seis meses findos nessa data, e das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o período de seis meses findo nessa data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas.

A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação dessas demonstrações financeiras intermediárias de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária". Nossa responsabilidade é a de expressar uma conclusão sobre essas demonstrações financeiras intermediárias com base em nossa revisão.

Alcance da revisão

Conduzimos nossa revisão de acordo com as normas brasileiras e internacionais de revisão de informações intermediárias (NBC TR 2410 - "Revisão de Informações Intermediárias Executada pelo Auditor da Entidade" e ISRE 2410 - *Review of Interim Financial Information Performed by the Independent Auditor of the Entity*, respectivamente). Uma revisão de demonstrações financeiras intermediárias consiste na realização de indagações, principalmente às pessoas responsáveis pelos assuntos financeiros e contábeis, e na aplicação de procedimentos analíticos e de outros procedimentos de revisão. O alcance de uma revisão é significativamente menor do que o de uma auditoria conduzida de acordo com as normas de auditoria e, consequentemente, não nos permitiu obter segurança de que tomamos conhecimento de todos os assuntos significativos que poderiam ser identificados em uma auditoria. Portanto, não expressamos uma opinião de auditoria.

Outros assuntos - Valores correspondentes ao exercício anterior

A revisão das demonstrações financeiras intermediárias do exercício findo em 30 de junho de 2025, foi conduzida sob a responsabilidade de outros auditores independentes, que emitiram relatório de revisão, com data de 13 de agosto de 2025, sem ressalvas.

PricewaterhouseCoopers Auditores Independentes Ltda.
Al. Dr. Carlos de Carvalho, 417, 11º, Curitiba Trade Center,
Curitiba, PR, Brasil, 80410-180
T: +55 (11) 4004-8000

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Januário de Napoli Geração
de Energia S.A

Conclusão

Com base em nossa revisão, não temos conhecimento de nenhum fato que nos leve a acreditar que as demonstrações financeiras intermediárias acima referidas não apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Companhia em 30 de junho de 2026, o desempenho de suas operações para os períodos de três meses findos nessa data e os seus fluxos de caixa para o período de três meses findo nessa data, de acordo com o Pronunciamento Técnico CPC 21 - "Demonstração Intermediária".

Curitiba, 14 de agosto de 2026

PricewaterhouseCoopers
Auditores Independentes Ltda.
CRC 2SP000160/F-6

DocuSigned by
Assinado por: Gabriel Pintarelli Fialho:05926897947
CPF: 05926897947
Data/Hora da Assinatura: 14 de agosto de 2026 | 15:31 BRT
O: ICP-Brasil, OU: Certificado Digital PF A1
C: BR
Emissor: AC SyngularID Multipla

Gabriel Pintarelli Fialho
Contador CRC 1PR066300/O-1

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Balanço patrimonial

Em 30 de junho de 2026 e 31 de dezembro de 2025

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

Ativo	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Circulante		
Caixa e equivalentes de caixa (Nota 5)	7.324	8.963
Partes relacionadas (Nota 7)	47	-
Contas a receber de clientes (Nota 6)	3.601	57
Tributos a recuperar (Nota 8)	2.853	3.416
Adiantamento a fornecedores	24	44
Despesas antecipadas (Nota 9)	363	7
Total do ativo circulante	14.212	12.487
Não circulante		
Realizável a longo prazo		
Investimentos	17	-
Imobilizado (Nota 10)	195.889	177.333
Total do ativo não circulante	195.906	177.333
Total do ativo	210.118	189.820

Passivo e patrimônio líquido	30 de junho de 2026	31 de dezembro de 2025
Circulante		
Fornecedores e outras obrigações (Nota 11)	648	564
Debêntures (Nota 12)	4.955	1.199
Obrigações sociais e trabalhistas	111	86
Obrigações tributárias (Nota 13)	600	45
Partes relacionadas (nota 7)	93	90
Total do passivo circulante	6.407	1.984
Não circulante		
Debêntures (Nota 12)	166.465	157.531
Total do passivo não circulante	166.465	157.531
Patrimônio líquido		
Capital social (Nota 14)	32.591	27.591
Reservas legal (Nota 14)	174	174
Reservas de lucros (Nota 14)	2.540	2.540
Lucros acumulados	1.941	-
Total do patrimônio líquido	37.246	30.305
Total do passivo	210.118	189.820

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Januário de Napoli Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado

Trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Trimestre 30/06/2026	Trimestre 30/06/2025	Acumulado 30/06/2026	Acumulado 30/06/2025
Operações continuadas				
Receita operacional líquida (Nota 15)	8.486	(1)	16.438	-
Custo dos produtos e serviços vendidos (Nota16)	(3.595)	(3)	(6.136)	(4)
Lucro bruto	**4.891**	**(4)**	**10.302**	**(4)**
Despesas operacionais				
Despesas administrativas (Nota 16)	(225)	(275)	(498)	(499)
Lucro (prejuízo) operacional	**4.666**	**(279)**	**9.804**	**(503)**
Receitas financeiras (Nota 17)	161	149	248	403
Despesas financeiras (Nota 17)	(7.385)	(4)	(7.579)	(6)
Receitas (despesas) financeiras, líquidas	**(7.224)**	**145**	**(7.331)**	**397**
Lucro (prejuízo) antes do imposto de renda e da contribuição social	**(2.558)**	**(134)**	**2.473**	**(106)**
Imposto de Renda e Contribuição Social (Nota 18)	(361)	-	(532)	-
Lucro líquido (prejuízo) do período	**(2.919)**	**(134)**	**1.941**	**(106)**
Quantidade de ações ao final do período	13.776	12.185	13.776	12.185
Lucro (prejuízo) por ação	(0,21)	(0,01)	0,14	(0,01)

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Januário de Napoli Geração de Energia S.A.

Demonstração do resultado abrangente

Trimestre e semestre findos em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Trimestre 30/06/2026	Trimestre 30/06/2025	Acumulado 30/06/2026	Acumulado 30/06/2025
Lucro líquido (prejuízo) do período	(2.919)	(134)	1.941	(106)
Outros resultados abrangentes	-	-	-	-
Total do resultado abrangente do período	**(2.919)**	**(134)**	**1.941**	**(106)**

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Januário de Napoli Geração de Energia S.A.

Demonstração das mutações no patrimônio líquido

Trimestre findo em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	Capital social	Reserva legal	Reserva de retenção de lucros	Lucros (prejuízos) acumulados	Total
Saldo em 1º de janeiro de 2025	27.591	174	2.678	-	30.443
Lucro/prejuízos do exercício	-	-	-	(106)	(106)
Reserva de retenção de lucros	-	-	(106)	106	
Reversão de dividendos	-	-	91	-	91
Saldo em 30 de junho de 2025	27.591	174	2.663	-	30.428
Lucro/prejuízos do exercício	-	-		(123)	(123)
Reserva de retenção de lucros	-	-	- (123)	123	-
Saldo em 31 de dezembro de 2025	27.591	174	2.540	-	30.305
Lucro/prejuízos do exercício	-	-	-	1.941	1.941
Reserva de retenção de lucros	-	-	-	-	-
Aumento de capital social (Nota 14)	5.000	-	-	-	5.000
Saldo em 30 de junho de 2026	32.591	174	2.540	1.941	37.246

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Januário de Napoli Geração de Energia S.A.

Demonstração dos fluxos de caixa

Exercícios findos em 30 de junho de 2026

Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma

	30/06/2026	30/06/2025
Fluxos de caixa das atividades operacionais		
Lucro do período	1.941	(106)
Depreciação	1.418	-
Juros Acruados	6.809	-
Juros Fiança Acruados	497	-
Custos de emissão debêntures	44	-
Aumento (redução) nos passivos		
Fornecedores	84	(60)
Obrigações sociais e trabalhistas	25	(105)
Obrigações fiscais	133	(84)
Redução (aumento) dos ativos operacionais		
Clientes	(3.544)	-
Impostos a recuperar	985	(1.012)
Partes relacionadas	(44)	(30)
Outros ativos	(336)	692
	8.012	**(705)**
Fluxos de caixa das atividades de investimentos		
Investimentos	(17)	-
Aquisição de imobilizado	(14.147)	(49.243)
	(14.164)	**(49.243)**
Fluxos de caixa das atividades de financiamento		
Custos de emissão debêntures	-	(157)
Juros Fiança	(487)	
Aumento de capital	5.000	
	4.513	**(157)**
Aumento (Redução) líquida de caixa e equivalentes de caixa	**(1.639)**	**(50.105)**
Caixas e equivalentes de caixa no início do exercício	**8.963**	**89.842**
Caixas e equivalentes de caixa no final do exercício	**7.324**	**39.737**
Transações que não afetam o caixa		
Aquisição de imobilizado		**(699)**
Capitalização Juros no imobilizado	**(5.827)**	**(10.074)**
Fornecedores de Imobilizado	**-**	**699**
Juros Fiança	**521**	**-**
Juros Capitalizados	**5.306**	**10.074**
Impostos a recuperar	**(422)**	
Obrigações Tributárias	**422**	

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

1. Informações gerais

1.1 Contexto operacional

A Januário de Napoli Geração de Energia S.A. ("Companhia"), sociedade anônima de capital fechado constituída em 16 de maio de 2017, tem como objeto social a geração e a comercialização de energia elétrica, sendo controlada diretamente pela Ibema Participações S.A.

A Companhia detém os direitos relativos à Pequena Central Hidrelétrica Paredinha ("PCH Paredinha"), localizada no rio Cachoeira, com potência instalada de 21 MW e energia assegurada de 12,07 MW, conforme Nota Técnica ANEEL nº 525/2018.
Em 28 de junho de 2021, a Companhia foi transformada de sociedade limitada em sociedade anônima de capital fechado. Em 27 de maio de 2022, a Companhia sagrou-se vencedora no leilão A-4 da ANEEL, com a venda de 10,9 MW médios pelo prazo de 20 anos, com início de fornecimento previsto para janeiro de 2026.
Em 01 de janeiro de 2024, a Companhia iniciou um processo de reestruturação através da cisão parcial de ativos seguida de incorporação pela parte relacionada CGH Cachoeira Geração de Energia Ltda. Referente às atividades operacionais do empreendimento CGH Cachoeira. A reestruturação teve como objetivo a segregação patrimonial e melhor aproveitamento das atividades desenvolvidas. Os valores cindidos tiveram como base o laudo de avaliação do acervo líquido por parcela do ativo imobilizado por meio dos livros contábeis sendo totalizados os valores de R$ 7.149 e distribuídos conforme quadro abaixo.

	Saldo contábil
Caixa e Equivalentes	2.000
Despesa Antecipada	55
Imobilizado	5.094
Capital social integralizado	2.587
Ajuste de avaliação patrimonial	4.562

Em 8 de março de 2024, a Companhia realizou captação no montante de R$ 130.000 por meio de emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, destinadas ao financiamento da construção da PCH Paredinha. A operação comercial iniciou-se em dezembro de 2025 em fase teste, com a operação da primeira unidade geradora, sendo concluída em março de 2026, com a entrada em operação de todas as unidades geradoras. A administração da Companhia avaliou que, com o início das operações e a consequente geração de caixa, a Companhia será capaz de honrar seus compromissos financeiros e se manter em continuidade operacional.

A emissão das demonstrações financeiras intermediárias foi autorizada pela administração da Companhia em 14 de agosto de 2026.

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

2 Base de preparação

2.1 Eventos recentes e reforma tributária

Reforma Tributária sobre o consumo

A Emenda Constitucional nº 132/2023 e a Lei Complementar nº 214/2025 instituíram a reforma da tributação sobre o consumo, substituindo PIS/COFINS pela CBS e ICMS/ISS pelo IBS, com período de transição entre 2026 e 2032. A Companhia, tributada pelo lucro presumido e sujeita ao regime cumulativo de PIS/COFINS, avaliou os efeitos da fase de transição iniciada em 2026 e concluiu não haver impactos relevantes a reconhecer ou divulgar nestas demonstrações financeiras intermediárias. A Administração segue monitorando a regulamentação complementar.

2.2 Declaração de conformidade

As demonstrações financeiras intermediarias foram elaboradas e estão sendo apresentadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, divulgadas pelo Pronunciamento Técnico CPC 21 (R1) Demonstração Intermediária.
Todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, estão sendo evidenciadas e correspondem àquelas utilizadas pela administração na sua gestão.

2.3 Base de mensuração

As demonstrações financeiras foram elaboradas utilizando, sempre que aplicável, estimativas como base de avaliação. As estimativas contábeis envolvidas na preparação das demonstrações financeiras foram baseadas em fatores objetivos e subjetivos, com base no julgamento da administração para determinação do valor adequado a ser registrado nas demonstrações financeiras. Itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção de vidas úteis do ativo imobilizado e de sua recuperabilidade nas operações, itens significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem a seleção das vidas úteis do ativo imobilizado e a avaliação de sua recuperabilidade, assim como da análise dos demais riscos para determinação de outras provisões.

Classificação entre itens circulantes e não circulantes

A classificação dos itens nas demonstrações financeiras leva em consideração o prazo de realização. Itens que serão realizados dentro do curso de um exercício social são classificados no grupo circulante e itens que serão realizados após o encerramento do exercício social em curso são classificados no grupo não circulante.

Provisões

Uma provisão é reconhecida, em função de um evento passado, se a Companhia tem uma obrigação legal ou construtiva que possa ser estimada de maneira confiável, e é provável que um recurso econômico seja exigido para liquidar a obrigação. As provisões são apuradas através do desconto dos fluxos de caixa futuros esperados a uma taxa antes de impostos que reflete as avaliações atuais de mercado quanto ao valor do dinheiro no tempo e riscos específicos para o passivo. Os custos

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

financeiros incorridos são registrados no resultado.

Apuração de resultados

O resultado é apurado pelo regime de competência de exercícios e considera:

(i) Os rendimentos, encargos e efeitos das variações monetárias e cambiais, calculados a índices ou taxas oficiais, incidentes sobre os ativos e passivos; e
(ii) As provisões para imposto de renda e contribuição social calculadas considerando a opção de tributação pelo Lucro Presumido.

2.4 Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados de acordo com a moeda do principal ambiente econômico no qual a Companhia atua ("moeda funcional"). As demonstrações financeiras estão apresentadas em milhares de reais, que é a moeda funcional da Companhia e, também, a sua moeda de apresentação.

3. Principais políticas e práticas contábeis

3.1 Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela comercialização de serviços no curso normal das atividades da Companhia. A receita é apresentada líquida dos impostos, dos abatimentos e dos descontos. A Companhia reconhece a receita quando: (a) o valor da receita pode ser mensurado com segurança e (b) é provável que benefícios econômicos futuros fluam para a entidade.

Os serviços prestados até o encerramento das demonstrações financeiras, porém não faturados, são avaliados e quantificados pela administração, sendo reconhecidos pela contabilidade na data de encerramento das demonstrações financeiras.

As receitas, em geral, são reconhecidas no período em que os serviços são prestados (energia entregue e não faturado). Se surgirem circunstâncias que possam alterar as estimativas originais de receitas e custos, as mesmas são revisadas. Essas revisões podem resultar em aumentos ou reduções das receitas ou custos estimados e serão refletidas no resultado no período em que a administração toma conhecimento das circunstâncias que originaram a revisão.

A receita de vendas inclui somente os ingressos de benefícios econômicos recebidos e a receber pela Companhia. Uma receita não é reconhecida se houver uma incerteza significativa sobre a sua realização. A receita de venda de energia elétrica é reconhecida no resultado de acordo com as regras do mercado de energia elétrica, as quais estabelecem a transferência dos riscos e benefícios sobre a quantidade contratada de energia para o comprador. A apuração do volume de energia entregue para o comprador, conforme as bases contratadas, ocorre em bases mensais.

3.2 Clientes

As contas a receber de clientes são reconhecidas inicialmente pelo valor da contraprestação e, subsequentemente, ao custo amortizado, deduzidas de perdas de crédito esperadas. A Companhia

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

aplica a abordagem simplificada do CPC 48, mensurando a perda esperada para toda a vida do instrumento. Considerando que os recebíveis decorrem substancialmente de contratos no Ambiente de Contratação Regulada e de liquidações junto à CCEE, sem histórico de inadimplência, não foi constituída perda esperada em 30 de junho de 2026.

3.3 Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa incluem depósitos bancários e investimentos de curto prazo de alta liquidez e com risco insignificante de mudança de valor.

3.4 Imobilizado

Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição ou de construção, deduzido da depreciação acumulada.

Custos subsequentes

Custos subsequentes são capitalizados somente quando for provável que benefícios econômicos futuros associados aos gastos serão auferidos pela Companhia.

Depreciação

A depreciação é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento).

Redução ao valor recuperável (Impairment)

No fim de cada período, a Companhia revisa o valor contábil de seu ativo imobilizado para determinar se há alguma indicação de que tal ativo sofreu alguma perda por redução ao valor recuperável. Se houver tal indicação, o montante recuperável desse ativo é estimado com a finalidade de mensurar o montante dessa perda, se houver.

3.5 Fornecedores

As contas a pagar aos fornecedores e as outras contas a pagar são obrigações a pagar por bens ou serviços que foram adquiridos de fornecedores no curso normal dos negócios, sendo classificadas como passivos circulantes se o pagamento for devido no período de até um ano. Caso contrário, as contas a pagar são apresentadas como passivo não circulante. Na prática, são normalmente reconhecidas ao valor da fatura correspondente.

3.6 Outros ativos e passivos

Apresentados ao valor de custo ou de realização, incluindo, quando aplicável, as variações

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

monetárias.

3.7 Imposto de Renda e Contribuição Social

A apuração do Imposto de Renda (IRPJ) e da Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL) da Empresa é realizada pela sistemática do Lucro Presumido. A base de cálculo do IRPJ é determinada mediante a aplicação dos percentuais de presunção sobre a receita bruta, sendo: 8% sobre a receita de venda de produtos, com majoração de 10% conforme LC 224/2025 quando o faturamento for a maior que R$ 1.250 mil no trimestre e R$ 5.000 mil no ano; sobre o resultado da presunção aplica-se a alíquota de 15%. Adicionalmente, incide a alíquota de 10% sobre a parcela do lucro presumido que exceder R$ 20 mil multiplicado pelo número de meses do respectivo período de apuração. A presunção de lucro para fins de CSLL é determinada pela aplicação dos seguintes percentuais sobre a receita bruta: 12% para a receita de venda de produtos; sobre o resultado presumido aplica-se a alíquota de 9%. O reconhecimento das despesas com IRPJ e CSLL ocorre pelo regime de competência.

3.8 Outros Impostos

Conforme já mencionado, a Companhia é tributada pela sistemática do lucro presumido, desta forma, o valor do faturamento mensal é submetido as alíquotas de 0,65% para PIS e 3% para COFINS.

3.9 Receitas e Despesas financeiras

As receitas e despesas financeiras mais relevantes da Companhia compreendem:

- Receita de aplicações financeiras;
- Despesa de juros sob as debêntures.

A receita e a despesa de juros são reconhecidas no resultado pelo método dos juros efetivos.

3.10 Demonstração dos fluxos de caixa

A demonstração dos fluxos de caixa foi preparada pelo método indireto e estão apresentados de acordo com o pronunciamento técnico CPC 03 - Demonstração dos Fluxos de Caixa, emitido pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC.

3.11 Instrumentos financeiros

Ativos financeiros

Os ativos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, acrescido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e classificados no reconhecimento inicial com base no modelo de negócios adotado para a sua gestão e nas características dos fluxos de caixa contratuais.

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Todos os ativos financeiros da Companhia estão classificados e mensurados ao custo amortizado, pelo método da taxa efetiva de juros, por serem mantidos com o objetivo de recebimento de fluxos de caixa contratuais compostos exclusivamente de pagamentos de principal e juros. Compreendem caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e valores a receber de partes relacionadas. A Companhia não mantém ativos mensurados ao valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes, nem opera instrumentos financeiros derivativos.

As aplicações financeiras classificadas como equivalentes de caixa correspondem a Certificados de Depósito Bancário (CDB) pós-fixados, indexados ao CDI, com liquidez diária e risco insignificante de mudança de valor (Nota 5). As contas a receber de clientes são avaliadas quanto a perdas de crédito esperadas conforme a política descrita na Nota 3.2.

Os ativos financeiros são baixados quando os direitos contratuais aos respectivos fluxos de caixa expiram ou são transferidos, juntamente com substancialmente todos os riscos e benefícios de sua titularidade

Passivos financeiros

Os passivos financeiros são reconhecidos inicialmente pelo valor justo, líquido dos custos de transação diretamente atribuíveis, e mensurados subsequentemente ao custo amortizado pelo método da taxa efetiva de juros. A Companhia não designou passivos ao valor justo por meio do resultado, não opera derivativos e não adota contabilidade de hedge.

As debêntures são atualizadas monetariamente pelo IPCA e acrescidas dos juros remuneratórios contratuais, apropriados pro rata temporis, sendo os encargos reconhecidos no resultado, exceto quando capitalizados em ativos qualificáveis (Nota 3.13). Os custos de transação da emissão são deduzidos do passivo e apropriados pelo prazo da operação; os custos recorrentes de manutenção da emissão são reconhecidos no resultado quando incorridos. A parcela exigível nos 12 meses seguintes à data-base é classificada no passivo circulante

3.12 Uso de estimativas e julgamentos

A elaboração das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil requer que a administração da Companhia use de julgamentos na determinação e no registro de estimativas contábeis. Ativos e passivos sujeitos a estimativas e premissas incluem valor residual do ativo imobilizado, provisão para redução ao valor recuperável, provisão para liquidação de créditos duvidosos, provisão para contingências, entre outras.

Apesar de refletirem a melhor estimativa possível por parte da administração, a liquidação nas transações envolvendo essas estimativas poderá resultar em valores diferentes dos estimados em razão das imprecisões inerentes ao processo da sua determinação, até o encerramento dessas demonstrações não houve provisão para contingências.

3.13 Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos diretamente atribuíveis à construção de ativos qualificáveis são capitalizados até a data em que o ativo esteja substancialmente pronto para o uso pretendido, cessando a capitalização a partir desse momento, inclusive em relação às partes do ativo concluídas e utilizáveis isoladamente. As receitas de aplicação financeira dos recursos captados e

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

ainda não empregados no projeto são deduzidas dos custos capitalizáveis. No semestre findo em 30 de junho de 2026 foram capitalizados R$ 5.827 (R$ 10.074 em 2025), cessando a capitalização em março de 2026 com a conclusão da obra da da PCH Paredinha.

4. Julgamentos, estimativas e premissas contábeis significativas

4.1 Julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras requer que a administração faça julgamentos e estimativas e adote premissas que afetam os valores apresentados de receitas, despesas, ativos e passivos, bem como as divulgações de passivos contingentes, na data base das demonstrações financeiras. Contudo, a incerteza relativa a essas premissas e estimativas poderia levar a resultados que requeiram um ajuste significativo ao valor contábil do ativo ou passivo afetado em períodos futuros.

4.2 Estimativas e premissas

As principais premissas relativas a fontes de incerteza nas estimativas futuras e outras importantes fontes de incerteza em estimativas na data do balanço, envolvendo risco significativo de causar um ajuste significativo no valor contábil dos ativos e passivos no próximo exercício financeiro, são discutidas a seguir.

4.3 Impostos

Existem incertezas com relação à interpretação de regulamentos tributários complexos e ao valor e época de resultados tributáveis futuros. Dado a diferenças entre os resultados reais e as premissas adotadas, ou futuras mudanças nessas premissas, poderiam exigir ajustes futuros na receita e despesa de impostos já registrada. A Companhia constitui provisões, com base em estimativas cabíveis, para possíveis consequências de auditorias por parte das autoridades fiscais das respectivas jurisdições em que opera, bem como provisão para realização de determinados créditos tributários para os quais não tem expectativas de realização.

O valor dessas provisões baseia-se em vários fatores, como experiência de auditorias fiscais anteriores e interpretações divergentes dos regulamentos tributários pela entidade tributável e pela autoridade fiscal responsável. Essas diferenças de interpretação podem surgir numa ampla variedade de assuntos, dependendo das condições vigentes no respectivo domicílio da Companhia.

4.4 Recuperabilidade dos ativos imobilizados

Ao final de cada período, a Companhia avalia a existência de indícios de perda por redução ao valor recuperável de seus ativos imobilizados. Em 30 de junho de 2026, o saldo de imobilizado era de R$ 195.889 (2025: R$ 177.333), principalmente relacionado à PCH Paredinha. Considerando o início da operação comercial em teste em dezembro de 2025 e os contratos firmados no leilão A-4 da ANEEL, não foram identificados indícios de impairment.

4.5 Cláusulas restritivas (covenants) incidentes sobre debêntures

Em março de 2024, a Companhia captou R$ 130.000 por meio da emissão de debêntures simples. Os contratos preveem cláusulas restritivas usuais, como manutenção de índices financeiros

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

mínimos, restrições à distribuição de dividendos em determinadas condições e destinação dos recursos ao projeto da PCH Paredinha. Até a data de emissão destas demonstrações, não houve descumprimento dos covenants.

5 Caixa e equivalentes de caixa

	30/06/2026	31/12/2025
Banco conta movimento	**1.148**	**25**
Aplicação financeira (i)	**6.176**	**8.938**
	7.324	**8.963**

(i) As aplicações financeiras possuem características de curto prazo de alta liquidez, com risco insignificante de mudança de valor, composto por aplicações em CDBs - compostos por aplicações de renda fixa, com rentabilidade atrelada ao CDI.

6 Contas a receber de clientes e demais contas a receber

	30/06/2026	31/12/2025
ACR – Ambiente de contratação regulado	**3.357**	**-**
Venda de Energia Excedente	**244**	-
Liquidação financeira positiva - CCEE	**-**	**57**
	3.601	57

ACR: refere-se à provisão registrada nas notas do leilão para o fornecimento de energia no Ambiente de Contratação Regulada (ACR). O contrato prevê o fornecimento de 10,9 MW médios mensais, pelo prazo de 20 anos, ao preço unitário de R$ 335,71.

Venda de energia excedente: São registrados as vendas de energia no mercado de curto prazo.

Liquidações financeiras positivas: correspondem às provisões a receber decorrentes de liquidações positivas junto à CCEE

7 Partes relacionadas

	30/06/2026	31/12/2025
Ativo circulante		
Nota de débito a receber - PCH BVII (iii)	**42**	**-**
Nota de débito a receber - CGH Cachoeira (iii)	**5**	**-**
	47	-

Passivo circulante

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

	30/06/2026	31/12/2025
Notas de débito a pagar – Ibema Participações S.A. (i)	**93**	86
Notas de débito a pagar – Bemais Emp. Flor. Ltda (ii)		4
Notas de débito a pagar – MGN Emp. Imob. Ltda. (ii)		-
	93	90

(i) A Companhia possui um acordo de compartilhamento de estrutura administrativa firmado com a Controladora Ibema Participações S.A. no qual fica definido que as despesas comuns entre as empresas são pagas pela Controladora e reembolsadas pela Companhia através de Nota de Débito;
(ii) Refere-se a reembolso de despesas pagas pelas empresas decorrentes de gastos da Obra PCH Paredinha;
(iii) Refere-se a reembolso de custos com pessoal operacional que são rateados entre as empresas de energia.

Remuneração da administração

A administração é remunerada pelos serviços prestados através do pagamento mensal de pró-labore. O valor pago pela Companhia à administração totalizou R$30 em 2º T26 (R$30 no 2ºT25).

8 Tributos a recuperar

	30/06/2026	31/12/2025
Impostos a recuperar		
IRPJ – Saldo Negativo	**1.250**	1.788
IRRF sobre aplicação financeira – Debênture	**1.362**	1.362
IRRF sobre aplicação financeira – Outras	**160**	160
IRPJ/CSLL Estimativa	**64**	63
Provisão IR/IOF sobre aplicação	**17**	43
	2.853	3.416

9 Despesas antecipadas

	30/06/2026	31/12/2025
Seguros (i)	**362**	**6**
Licenças	**1**	**1**
	363	7

(i) Corresponde aos seguros a apropriar mencionados na nota 20.

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

10 Imobilizado

	Terrenos	Máquinas e equipamentos	Imobilizado em andamento	Total do imobilizado
Em 1º de janeiro de 2025				
Saldo inicial	545		78.305	78.850
Adições	-		60.017	60.017
Em 30 de junho de 2025				
Saldo inicial	545		138.322	138.867
Adições	-		38.466	38.466
Depreciação	-		-	-
Em 31 de dezembro de 2025				
Saldo inicial	545		176.788	177.333
Adições	-	8	19.966	19.974
Transferência		196.754	(196.754)	-
Depreciação		(1.418)	-	(1.418)
Saldos em 30 de junho de 2026	**545**	**195.344**	**-**	**195.889**

Após cisão parcial a Companhia se concentrou exclusivamente na construção da PCH Paredinha. Este projeto abrange o terreno e o ativo imobilizado em andamento, composto por despesas relacionadas à construção da Pequena Central Hidrelétrica (PCH) Paredinha. O projeto Paredinha visa a construção de uma nova barragem a montante do rio Cachoeira, juntamente com toda a infraestrutura necessária para a implementação de uma nova casa de força, com capacidade de geração de 21 MW na qual entrou em operação em sua totalidade em março de 2026.
Durante o trimestre findo em 30 de junho de 2026, a Companhia não verificou a existência de indicadores de que ativos imobilizados poderiam estar contabilizados por valor acima do valor recuperável, e consequentemente, nenhuma provisão para perda de valor recuperável dos ativos imobilizados foi necessária.

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

10 Imobilizado--Continuação

Imobilizado em Andamento

A movimentação do imobilizado em andamento possui a seguinte abertura:

Saldo em 1 de janeiro de 2025	**78.305**
Transferências	-
Adições – Gastos da Obra	83.128
Adições – Despesas Financeiras	20.286
Adições – Receita Financeira	(5.213)
Adições – PIS/COFINS s/ Receita financeira	282
Saldo em 31 de dezembro de 2025	**176.788**
Transferências para imobilizado	(196.754)
Adições – Gastos da Obra	14.250
Adições – Despesas Financeiras	5.827
Adições – Receita Financeira	(111)
Saldo em 30 de junho de 2026	**-**

11 Fornecedores

	30/06/2026	31/12/2025
Fornecedores	**648**	**564**
	648	**564**

Fornecedores: Refere-se às notas emitidas que serão pagas no mês subsequente dos prestadores de serviço da obra da PCH e também relacionados a operação da usina.

12 Debêntures

12.1 Contexto

Em 08 de março de 2024, a Companhia realizou a 1ª emissão de debêntures simples, não conversíveis em ações, da espécie com garantia real e garantia adicional fidejussória, em série única, no montante de R$ 130.000 e vencimento final em junho de 2043. Os recursos foram integralmente destinados ao financiamento da construção da PCH Paredinha

O saldo do principal é atualizado monetariamente pelo IPCA, acrescido de juros remuneratórios de 8,0319% a.a. (base 252). Os pagamentos de juros e as amortizações de principal são semestrais, nos meses de junho e dezembro, com o primeiro pagamento previsto para dezembro de 2026, conforme cronograma apresentado na Nota 12.2.

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

12.2 Composição Debêntures

As debêntures têm a seguinte composição e cronograma de vencimento:

Data	% de resgate	Quantidade	30/06/2026	31/12/2025
2026 até 2031	**19,50%**	**25.352**	**25.352**	**25.352**
2032 até 2038	**40,72%**	**52.936**	**52.936**	**52.936**
2039 até 2044	**39,78%**	**51.712**	**51.712**	**51.712**
	100,00%	**130.000**	**130.000**	**130.000**
				130.000
Captação			130.000	
Provisão de juros acumulada			25.071	18.313
Atualização acumulada			18.561	13.247
Juros fiança			650	119
Custos de emissão			(2.862)	(2.949)
			171.420	158.730
Passivo circulante			4.955	1.199
Passivo não circulante			166.465	157.531

12.3 Cláusulas contratuais restritivas - covenants

As debêntures contarão com garantias reais na forma de alienação fiduciária de ações da emissora, cessão fiduciária de direitos creditórios e alienação fiduciária de equipamentos. A estrutura também contará com garantias fidejussórias na forma de: (i) fiança bancária de uma instituição financeira avaliada como 'AAA.br' na escala da Moody's Local até que seja comprovado o completion físico da PCH Paredinha e (ii) fiança corporativa da acionista Ibemapar até a comprovação do completion financeiro, definido pela apuração de Índice de Cobertura do Serviço da Dívida (ICSD) superior a 1,20x em base anual. Essa apuração do ICSD ocorrerá somente após os primeiros 12 meses da entrada em operação comercial. Adicionalmente, a estrutura terá mecanismos adicionais de proteção aos credores, como conta reserva de seis meses do serviço da dívida, limitação de endividamento adicional e de distribuição de recursos aos acionistas, além de incorporar uma série de cláusulas que limitam o perímetro de atividades e definem parâmetros para a operação da PCH Paredinha.

12.4 Movimentação da dívida

A movimentação do saldo da dívida ocorreu conforme abaixo:

	30/06/2026	31/12/2025
Saldo no início do período	158.730	140.565
Captação		
Provisão de juros	6.757	12.268
Atualização	5.314	5.936
Juros fiança	1.018	-
Juros Finaça Pagos	(487)	-
(-) Custos de emissão	88	(39)
Saldo no final do período	171.420	158.730

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

	30/06/2026	31/12/2025
Passivo circulante	4.955	1.199
Passivo não circulante	166.465	157.531

*Do total de veriação da dívida R$ 5.827 foram capitalizados no imobilizado (nota 10) e R$ 7.349 foram reconhecidos no resultado financeiro (nota 17).

13 Obrigações tributárias

	30/06/2026	31/12/2025
IRPJ/CSLL a pagar	345	(0)
PIS/COFINS a pagar	250	12
Tributos retidos a pagar	5	33
	600	**45**

14 Patrimônio líquido

a) Capital social

O saldo do capital social integralizado em 30 de junho de 2026 é de R$ 32.591 (R$ 27.591 em 31 de dezembro de 2025), dividido em 13.775.590 ações sem valor nominal, distribuídas conforme abaixo:

	Quantidade de ações	
	30/06/2026	**31/12/2025**
Ibema Participações S.A.	**13.775.590**	12.184.946
	13.775.590	12.184.946

Em março de 2026 a Companhia realizou o aumento de capital no montante de R$ 5.000 (mediante a emissão de 1.590.644 ações ordinárias e nominativas, sem valor nominal), subscritas pela única acionista Ibema Participações S.A.

Em conformidade com o artigo 192 da Lei nº 6.404/76, a destinação do resultado — incluindo a constituição da reserva legal e a determinação do dividendo mínimo obrigatório — é deliberada pela Assembleia Geral Ordinária após o encerramento do exercício social. Dessa forma, o lucro líquido apurado no semestre findo em 30 de junho de 2026, no montante de R$ 6.335, permanece registrado em Lucros acumulados, não tendo sido objeto de destinação nesta data-base. A distribuição de recursos aos acionistas está adicionalmente sujeita às limitações previstas na escritura de emissão das debêntures

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

b) Reserva legal

A reserva legal é constituída na proporção de 5% do valor do lucro líquido até o limite de 20% do capital social, conforme estabelecido no parágrafo 1º, artigo 182 da Lei nº 6404/76.

c) Reserva de lucros

As reservas de lucros são formadas pela destinação dos resultados do período após a constituição da Reserva Legal e após a destinação dos dividendos mínimos obrigatórios. Havendo decisão em assembleia, a Companhia pode vir a distribuir mais do que 25% de dividendos.

15 Receita de contratos com clientes

a) Reconciliação

A reconciliação entre a receita bruta e a receita líquida é como segue:

	Trimestre 30/06/2026	Trimestre 30/06/2025	Acumulado 30/06/2026	Acumulado 30/06/2025
Receita bruta faturada				
Receita de Energia ACR - Ambiente Contratação regulado	8.889	-	12.428	-
Receita de Energia Excedente	711	-	711	-
Receita de Energia - Liquidação Financeira CCEE	162	-	212	-
Receita bruta não faturada				
Receita de Energia ACL - Ambiente Contratação Livre	(1.037)	-	3.356	-
Receita de Energia Excedente	244	-	244	-
Receita de Energia - Liquidação Financeira CCEE	(162)	-	109	-
Impostos sobre vendas				
PIS/COFINS presumido	(321)	-	(622)	-
Receita líquida	**8.486**	-	**16.438**	**-**

Com a entrada em operação já mencionado na nota 1, a companhia está vendendo energia no mercado Regulado (ACR). O contrato prevê o fornecimento de 10,9 MW médios pelo prazo de 20 anos, com início em janeiro de 2026 a um preço unitário atualizado de R$ 335,71, que é corrigido anualmente pelo Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA).
A emissão da nota fiscal correspondente a essas vendas de energia e o recebimento financeiro dessa venda ocorre em 15/30/45 dias. Sendo assim, visando obedecer ao regime contábil de competência, a companhia registra uma provisão para a receita sobre a energia gerada, mas ainda não faturada.

16 Custos e despesas por natureza

	Trimestre 30/06/2026	Trimestre 30/06/2025	Acumulado 30/06/2026	Acumulado 30/06/2025
Custo de geração de energia				
Compra de energia (i)	**(1.367)**	-	**(3.294)**	-

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

	Trimestre 30/06/2026	Trimestre 30/06/2025	Acumulado 30/06/2026	Acumulado 30/06/2025
Custo com operação e manutenção das usinas (ii)	**(434)**	(3)	**(700)**	(4)
Encargos de uso de rede (iii)	**(180)**	-	**(409)**	-
Pessoal e encargos, inclusive benefícios (iv)	**(196)**	-	**(315)**	-
Depreciação	**(1.418)**	-	**(1.418)**	-
Total	**(3.595)**	(3)	**(6.136)**	(4)
Despesas gerais e administrativas				
Serviços compartilhados (v)	**(201)**	(192)	**(403)**	(384)
Serviços de terceiros (PF/PJ) (vi)	**(28)**	(62)	**(43)**	(74)
Pessoal e encargos, inclusive benefícios	**(4)**	(18)	**(38)**	(36)
Outras despesas diversas	**(10)**	(3)	**(14)**	(5)
Manutenção e demais despesas com veículos	**18**	-	**-**	-
Total	**(225)**	(275)	**(498)**	(499)
Custo de geração de energia	**(3.595)**	(3)	**(6.136)**	(4)
Despesas gerais e administrativas	**(225)**	(275)	**(498)**	(499)
	(3.820)	(278)	**(6.634)**	(503)

(i) Compra de energia: estão representados pelos valores despendidos na compra de energia elétrica nos períodos em que a geração não é suficiente para fazer frente aos compromissos assumidos.

(ii) Custo com operação e manutenção das usinas: estão assim classificados os valores contratados para administração do centro de operação e manutenção e demais contratos necessários à atividade de geração de energia e comercialização.

(iii) Encargos de uso de rede: custo referente ao sistema de distribuição de energia elétrica pelo uso do sistema

(iv) Pessoal e encargos: São os gastos com mão-de-obra que são rateados entre as empresas do grupo.

(v) Serviços compartilhados: refere-se ao contrato com a holding (Ibema Participações S.A) dos serviços prestados pela administração do centro de serviço compartilhado (CSC).

(vi) Serviços de terceiros (PF/PJ): refere-se a despesas relacionadas, principalmente, com gastos com auditoria, serviços de contabilidade, honorários advocatícios e consultorias.

17 Receitas e despesas financeiras

	Trimestre 30/06/2026	Trimestre 30/06/2025	Acumulado 30/06/2026	Acumulado 30/06/2025
Despesas financeiras				
Juros sobre empréstimos	**(6.809)**	**-**	**(6.809)**	**-**
Despesas bancárias (i)	**(29)**	**(2)**	**(50)**	**(3)**
Juros Fiança	**(497)**	**-**	**(497)**	**-**
Imposto sobre operações financeiras (i)	**(3)**	**(2)**	**(14)**	**(3)**
Encargos de manutenção da emissão (iv)	**(3)**	**-**	**(165)**	**-**
Desp. com apropriação emissão debênture (ii)	**(44)**	**-**	**(44)**	**-**
	(7.385)	**(4)**	**(7.579)**	**(6)**
Receitas financeiras				
Receitas de aplicações financeiras (iii)	**122**	**145**	**151**	**399**
Outras receitas financeiras	**39**	**4**	**97**	**4**

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

	Trimestre 30/06/2026	Trimestre 30/06/2025	Acumulado 30/06/2026	Acumulado 30/06/2025
	161	**149**	**248**	**403**
Resultado financeiro líquido	**(7.224)**	**145**	**(7.331)**	**397**

(i) IOF e Despesas bancárias: estão substancialmente representadas por resgates, juros apurados em pagamentos em atraso e tarifas bancárias.

(ii) Desp. com apropriação emissão debêntures: apropriação dos gastos relacionados com a emissão da debênture, como: honorários de estruturação, gastos com advogados, cartórios, entre outros. Esses valores estão sendo apropriados de acordo com o prazo total da debênture

(iii) Receitas financeiras: estão substancialmente representadas por rendimentos de aplicações financeiras.

(iv) Encargos de manutenção da emissão: Custos recorrentes de manutenção da emissão — remuneração do agente fiduciário, banco liquidante, escriturador, custódia e monitoramento de rating —, incorridos e pagos ao longo do período.

18 Despesa de Imposto de Renda e Contribuição Social

A partir de 01 de janeiro de 2026, com a entrada em operação a companhia optou por realizar uma mudança no regime de tributação, passando da sistemática do lucro real para o lucro presumido, alinhando-se com a sua realidade operacional (Em 2025 não houve operação não gerando impostos a pagar). A demonstração da conciliação das despesas de imposto de renda e contribuição social registradas no resultado é a seguinte:

Lucro Presumido	30/06/2026	
	IRPJ	**CSLL**
Receita bruta	17.060	17.060
(-) Provisões	(3.709)	(3.709)
Base presunção 8% / 12%	1.068	1.602
Adicional 10% Lc 224/2025	19	74
Receita financeira	358	358
Base de cálculo IR / CSLL	**1.445**	**2.034**
Imposto devido	(349)	(183)

19 Gerenciamento de Riscos

A administração da Companhia é responsável pelo estabelecimento e supervisão da estrutura de gerenciamento de riscos. As políticas de gerenciamento de risco são estabelecidas para identificar, analisar e definir limites e controles apropriados, e para monitorar riscos e aderência aos limites.

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

a) Gestão de Capital

A Companhia busca manter uma estrutura de capital sólida, que lhe permita dar continuidade às operações, honrar suas obrigações e maximizar o retorno aos acionistas, considerando o caráter intensivo em capital do setor de geração de energia elétrica.
A gestão do capital é monitorada com base, principalmente, na relação entre dívida líquida e EBITDA e no nível de caixa e equivalentes de caixa para atendimento às obrigações de curto prazo. A estrutura de capital é composta por patrimônio líquido e por empréstimos e financiamentos, notadamente debêntures não conversíveis em ações. A Administração pode ajustá-la por meio de pagamento de dividendos, aumento de capital, emissão ou renegociação de dívidas, sempre avaliando o custo de capital e o nível de risco assumido.

b) Instrumentos financeiros

Para fins de CPC 48 – Instrumentos Financeiros, os instrumentos financeiros da Companhia são classificados e mensurados ao custo amortizado, da seguinte forma:
Ativos financeiros: caixa e equivalentes de caixa, contas a receber de clientes e demais créditos de natureza contratual;
Passivos financeiros: fornecedores, outras obrigações e debêntures emitidas.
A Companhia não mantém instrumentos financeiros derivativos nem instrumentos classificados ao valor justo por meio do resultado ou de outros resultados abrangentes, tampouco utiliza hedge contábil na data-base destas demonstrações financeiras.

c) Risco Operacional

O risco operacional está relacionado com a paralisação de parte ou de todo o fornecimento esperado. A Companhia mantém contratos firmados de manutenção com fornecedores relevantes no mercado a fim de mitigar possíveis riscos operacionais, bem como mantém uma apólice de risco operacional com cobertura de lucros cessantes.

d) Risco de Crédito

Risco de crédito é o risco de a Companhia incorrer em perdas decorrentes de um cliente ou uma contraparte em um instrumento financeiro, decorrentes da falha destes em cumprir com suas obrigações contratuais.

Caixa e equivalentes de caixa

O risco de crédito de saldos com bancos e instituições financeiras é administrado pela tesouraria da Companhia, de acordo com a política por esta estabelecida. Os recursos excedentes são investidos apenas em contrapartes aprovadas e no limite estabelecido a cada uma. O limite de crédito das contrapartes é revisado anualmente pelo Conselho de administração e pode ser atualizado ao longo do ano, o que está sujeito à aprovação da Diretoria Financeira. Esses limites são estabelecidos a fim de minimizar a concentração de riscos e, assim, mitigar o prejuízo financeiro no caso de potencial falência de uma contraparte. A exposição máxima da Companhia ao risco de crédito em relação aos componentes do balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025 é o valor

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

registrado na rubrica “Caixas e equivalentes de caixa”, no balanço patrimonial.

e) Risco de liquidez

Representa o risco de encurtamento nos recursos destinados para pagamento de dívidas. O risco de liquidez é gerenciado pela Companhia, que possui um modelo apropriado de gestão de risco de liquidez para o gerenciamento das necessidades de captação e gestão de liquidez no curto, médio e longo prazo. A Companhia gerencia o risco de liquidez mantendo linhas de crédito bancárias e linhas de crédito para captação de empréstimos que julgue adequados, por meio do monitoramento contínuo dos fluxos de caixa previstos e reais, e pela combinação dos perfis de vencimento dos ativos e passivos financeiros.

f) Risco de taxa de juros

É o risco de que o valor justo dos fluxos de caixa futuros de um instrumento financeiro flutue devido a variações nas taxas de juros de mercado. A exposição da Companhia ao risco de mudanças nas taxas de juros de mercado refere-se, principalmente, aos empréstimos e financiamentos sujeitos a taxas de juros variáveis.

A Companhia monitora as flutuações das diversas taxas de juros atreladas aos seus ativos e passivos monetários e, em caso de aumento da volatilidade dessas taxas, pode vir a operar com derivativos com o objetivo de minimizar estes riscos, instrumento este normalmente não utilizado pela administração em face dos riscos inerentes.

g) Risco Hidrológico

Risco associado a escassez de água destinada à geração de energia. Para mitigar os riscos, as empresas e/ou companhias participantes do mercado participam do MRE - Mecanismo de Realocação de Energia, criado especialmente para compartilhar os riscos hidrológicos das empresas e/ou companhias participantes do Sistema Interligado Nacional - SIN, das usinas que são despachadas centralizadamente pelo Operador Nacional do Sistema - ONS. Dessa forma, as condições hidrológicas desfavoráveis podem ser interpretadas como risco sistêmico e não isolado em determinadas regiões.

20 Seguros (Não auditado)

A companhia tem um programa de gerenciamento de riscos com o objetivo de delimitá-los, contratando no mercado coberturas compatíveis com o seu porte e operação. As coberturas foram contratadas por montantes considerados suficientes pela administração para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza da sua atividade, os riscos envolvidos em suas operações e a orientação de seus consultores de seguros.

Em 30 de junho de 2026, a Companhia apresentava as seguintes principais apólices de seguro contratadas com terceiros:

Docusign Envelope ID: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E

Responsabilidade Civil (Vigência 07 de outubro de 2025 ao dia 07 de outubro de 2026):

<table>
<tr><th>Coberturas</th><th>Sublimites (LMI) - R$</th><th>Franquias (POS)</th></tr>
<tr><td>Cobertura Básica 101 - Operações</td><td rowspan="5">R$ 10.000 por evento e R$ 20.000 no agregado anual</td><td rowspan="2">POS em 10% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R$ 10 por evento</td></tr>
<tr><td>Específica 301 - Empresas, Concessionárias ou não, de Serviços de Abastecimento e Distribuição de Água e/ou Saneamento Básico, Energia Elétrica, Gás e Telefonia</td></tr>
<tr><td>Adicional 208 - Poluição Súbita - 72 horas</td><td rowspan="3">POS em 20% dos prejuízos indenizáveis com o mínimo de R$ 10 por reclamante.</td></tr>
<tr><td>Cobertura Básica 103 - RC Empregador</td></tr>
<tr><td>Específica 309 Cobertura para Barragens, Represas, Eclusas e/ou Diques</td></tr>
<tr><td>Despesas de Contenção de Sinistros</td><td>Limitada a 20% do sublimite das coberturas contratadas</td><td rowspan="5">Conforme respectiva cobertura</td></tr>
<tr><td>Despesas de Salvamento de Sinistros</td><td rowspan="4">Não possui capital isolado integrando o sublimite das coberturas contratadas</td></tr>
<tr><td>Lucros Cessantes/Perdas Financeiras</td></tr>
<tr><td>Custas Judiciais de Foro Civil</td></tr>
<tr><td>Danos Morais para as coberturas acima contratadas</td></tr>
</table>

Riscos Operacionais (Vigência de 31 de outubro de 2025 ao dia 30/04/2027)

- Danos materiais (inclui incêndio/queimadas zonas rurais): limite R$ 104.500; franquia 15% dos prejuízos (mín. R$ 300).
- Diversas cláusulas específicas (quebra de máquina, recomposição de registros, inclusões/exclusões de bens, pequenas obras de engenharia, descomposição, despesas extraordinárias, salvamento/contensão, agilização, desentulho, erros e omissões, equipamentos portáteis, equipamentos eletrônicos, roubo/furto mediante arrombamento, limpeza de locais, bens de terceiros, bens em poder de terceiros, autoridade civil, honorários de peritos e impedimento de acesso) com limites entre R$ 500 e R$ 5.000 e franquias geralmente de 10% a 20% dos prejuízos ou “conforme cobertura acionada”.
- Alagamento e inundação, danos elétricos e desmoronamento: limite R$ 15.000 cada, franquia 15% dos prejuízos (mín. R$ 300).
- Danos a mercadorias em processo de fabricação (work damage): limite R$ 1.000; franquia 15% (mín. R$ 5).
- Demolição e aumento de custo de construção: limite R$ 5.000; franquia somada aos prejuízos indenizáveis.
- Linhas de transmissão (inclui roubo de fios/cabos): limite R$ 3.500; franquia 15% (mín. R$ 50) e, para lucros cessantes, 30 dias.
- Lucros cessantes por danos materiais (inclui incêndio/queimadas zonas rurais) e compra adicional de energia no mercado spot: limite R$ 29.522; franquia de 30 dias.

* * *

Certificado de Conclusão

Identificação de envelope: 8E620787-EB4A-8818-8148-0383ABE3687E
Assunto: Complete com o Docusign: JANUARIODENAPOLIGERACAODEENERGIAJUN26.REV.pdf
LoS / Área: Assurance (Audit, CMAAS)
Tipo de Documento: Relatórios ou Deliverables
Envelope fonte:
Documentar páginas: 27
Certificar páginas: 2
Assinatura guiada: Ativado
Selo com EnvelopeId (ID do envelope): Ativado
Fuso horário: (UTC-03:00) Brasília

Status: Concluído

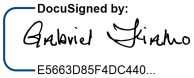
Assinaturas: 1
Rubrica: 0

Remetente do envelope:
Gedeon OAndrade
Avenida Brigadeiro Faria Lima, 3732, 16º e 17º andares, Edifício Adalmiro Dellape Baptista B32, Itai
São Paulo, São Paulo 04538-132
gedeon.oandrade@pwc.com
Endereço IP: 201.56.5.228

Rastreamento de registros

Status: Original
14 de agosto de 2026 | 15:26
Portador: Gedeon OAndrade
gedeon.oandrade@pwc.com
Local: DocuSign

Status: Original
14 de agosto de 2026 | 15:32
Portador: CEDOC Brasil
BR_Sao-Paulo-Arquivo-Atendimento-Team@pwc.com
Local: DocuSign

Eventos do signatário	Assinatura	Registro de hora e data
Gabriel Fialho gabriel.fialho@pwc.com PwC BR Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma), Certificado Digital **Detalhes do provedor de assinatura:** Tipo de assinatura: ICP-Brasil Emissor: AC SyngularID Multipla Assunto: CN=Gabriel Pintarelli Fialho:05926897947	DocuSigned by:  E5663D85F4DC440... Adoção de assinatura: Estilo pré-selecionado Usando endereço IP: 201.56.5.228 Política de certificado: [1]Certificate Policy: Policy Identifier=2.16.76.1.2.1.133 [1,1]Policy Qualifier Info: Policy Qualifier Id=CPS Qualifier: http://syngularid.com.br/repositorio/ac-syngularid-multipla/dpc/dpc-ac-syngularID-multipla.pdf	Enviado: 14 de agosto de 2026 | 15:26 Visualizado: 14 de agosto de 2026 | 15:31 Assinado: 14 de agosto de 2026 | 15:32

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos do signatário presencial	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de entrega do editor	Status	Registro de hora e data

Evento de entrega do agente	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega intermediários	Status	Registro de hora e data

Eventos de entrega certificados	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data

Eventos de cópia	Status	Registro de hora e data
Gedeon OAndrade gedeon.oandrade@pwc.com Manager Nível de segurança: E-mail, Autenticação da conta (Nenhuma)	**Copiado**	Enviado: 14 de agosto de 2026 | 15:32 Visualizado: 14 de agosto de 2026 | 15:32 Assinado: 14 de agosto de 2026 | 15:32

Termos de Assinatura e Registro Eletrônico:
Não oferecido através da Docusign

Eventos com testemunhas	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos do tabelião	Assinatura	Registro de hora e data

Eventos de resumo do envelope	Status	Carimbo de data/hora
Envelope enviado	Com hash/criptografado	14 de agosto de 2026 | 15:26
Entrega certificada	Segurança verificada	14 de agosto de 2026 | 15:31
Assinatura concluída	Segurança verificada	14 de agosto de 2026 | 15:32
Concluído	Segurança verificada	14 de agosto de 2026 | 15:32

Eventos de pagamento	Status	Carimbo de data/hora